

AS PRÁTICAS EDUCOMUNICATIVAS COMO UM CAMINHO PARA UMA EDUCAÇÃO LIBERTADORA

EDUCOMMUNICATIVE PRACTICES AS A PATH FOR A LIBERATING EDUCATION

Patricia Helena de Ribeiro Munhoz Costa¹
Peri Mesquida²
Rafael Furtado da Silva³

RESUMO

A educação passa por transformações e reformulações desde a época dos Jesuítas, atualmente o principal foco das discussões neste campo é a reflexão sobre uma educação alinhada as necessidades da atualidade. Na perspectiva da Educomunicação entende-se a necessidade de um ensino dialogado, participativo e produtor de conhecimento. O objetivo deste artigo é compreender o papel da educação, na perspectiva da Educomunicação, como contraponto ao caminho histórico da educação no Brasil. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica para uma investigação qualitativa descrita por Bogdan e Biklen (1994), enfatizando a descrição, a indução, a teoria fundamentada e o estudo das percepções das pessoas. Para isso, os principais autores utilizados são Paulo Freire (1980; 2019) com sua pedagogia libertadora, Antonio Gramsci (1991) com a relação que faz entre educação e política e Ismar Soares (2011) que se debruça nos estudos sobre as práticas educacionais. Concluímos com este estudo que é urgente repensar as práticas educativas para que sejam efetivamente voltadas para a formação de cidadãos conscientes, críticos e criativos, sendo a Educomunicação um caminho viável para uma educação para a cidadania.

Palavras-chave: Educação. Comunicação. Diálogo. Educomunicação. Brasil.

ABSTRACT

Education has undergone transformations and reformulations since the time of the Jesuits. Currently the main focus of discussions in this field is the

1 Jornalista e mestranda do Programa de Pós-Graduação de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. patriciamunhoz0207@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0002-7138-9653>

2 Doutorado em Ciências da Educação - University of Génève (1986). Atualmente é professor Titular da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. - mesquida.peri@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0003-4882-6808>

3 Mestrando em Educação na PUCPR. - raffasil6@gmail.com

reflection on education aligned with the current needs. From the perspective of Educomunicação, the need for a dialogical, participative and knowledge-producing teaching is understood. The aim of this article is to understand the school based on Educomunicação, synthetically redoing the historical path of education in Brazil. The methodology used is bibliographic research for a qualitative investigation as described by Bogdan and Biklen (1994), emphasizing description, induction, grounded theory and the study of people's perceptions. For this, the main authors used are Paulo Freire (1980 and 2019) with his pedagogy as a practice of freedom; Antonio Gramsci (1991) with the relationship he makes between education and politics; and Ismar Soares (2011) who focuses on studies on educommunicative practices. We concluded with this paper that there is an urgent need to rethink educational practices so that they are effectively geared towards the formation of critical, conscious and creative citizens, with Educomunicação being a viable path towards education for citizenship.

Keywords: Education. Comunicacion. Dialogue. Educomunicação. Brazil.

INTRODUÇÃO

A educação brasileira passa por diversas mudanças ao longo da história. Começando com a Companhia de Jesus, em que jesuítas se instalavam no país com o intuito de catequizar índios e negros escravos. A educação visava à catequese, pedagogia informal, e à adesão à cultura portuguesa, pedagogia formal. Tratava-se de uma educação focada na repetição e memorização, com o intuito de preservar a ordem e introjetar valores e princípios da visão de mundo dos inicianos, e não uma educação de afeto (PAIVA, 2000).

Os jesuítas permanecem como os únicos educadores no processo de escolarização no Brasil de 1549, quando os primeiros soldados de Cristo chegaram liderados por Manuel da Nobrega, até 1759 tendo permanecido como os únicos educadores durante 210 anos. A partir daquela data, com a reforma pombalina, a educação passou a ser responsabilidade do Estado. Isto é, o Estado passa a ser Estado educador. Mesmo com a expulsão dos jesuítas, a educação brasileira continuou com forte influência da prática pedagógica dos inicianos, devido à união entre a Igreja e o Estado até 1890.

O país também passou por diversas mudanças na formação de professores, desde os jesuítas que eram formados em Universidades

européias e no Colégio Romano, até a fundação das primeiras escolas normais no Brasil, na década de 1830, com a escola pioneira de Niterói, em 1834, tendo como espelho inicialmente o modelo europeu.

A trajetória da formação de professores para o ensino primário e secundário deixa nítida uma defasagem na escola brasileira. Saviani (2009) explica que existem dois dilemas nesta trajetória que são os modelos: um centrado nos conteúdos culturais-cognitivos e outro referido ao aspecto pedagógico-didático. Esse embate entre o conteúdo e a forma marcam a educação brasileira até os dias atuais.

Atrelado a esses dois dilemas e as transformações que ocorreram no mundo a partir da Era Digital, torna-se ainda mais urgente repensar as práticas educativas. Atualmente vivemos no Brasil um momento de desestabilização da política do país, causando uma descrença do povo brasileiro com relação aos governantes e o futuro próspero do país. Ao longo do artigo serão apresentados dados da Educação e da situação política do Brasil que representam essa descrença e as dificuldades no âmbito educacional.

Em 2019, a *Viacom International Media Networks* divulgou os resultados da pesquisa *My Teen Life*: uma história global, realizada com cerca de 5200 adolescentes, entre 12 e 17 anos, em 30 países (VIACOM, 2019). Esses dados conversam com os dados da Fundação Lemann, de 2017, que apresenta a situação da educação brasileira desde o atendimento em rede pública até a formação dos professores (FUNDAÇÃO LEMANN, 2017). E dados do Índice de Percepção da Corrupção (IPC) 2019 evidenciam que o Brasil tem a pior nota pelo segundo ano, com 35 pontos. Sendo que a escala do IPC vai de 0 a 100, na qual 0 significa que o país é percebido como altamente corrupto e 100 que o país é percebido como muito íntegro (TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL, 2019).

É necessária, então, uma educação que questione e ofereça uma alternativa a esse cenário para que o indivíduo seja capaz de olhar ao seu redor, refletir criticamente e agir como cidadão. Portanto, uma educação que faça parte da sociedade e que tenha como princípio a formação reflexiva crítica do educando. Pensando nisso que este artigo foi desenvolvido, a partir do seguinte questionamento: É possível uma educação que rompa com o caminho histórico da educação no Brasil e esteja mais alinhada as necessidades da sociedade atual?

Para responder à questão central deste artigo, a metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica para uma investigação qualitativa descrita por Bogdan e Biklen (1994) como uma abordagem que enfatiza a descrição, a indução, a teoria fundamentada e o estudo das percepções pessoais. Esta pesquisa bibliográfica está centrada nos seguintes autores: Paulo Freire (1980; 2019), Antonio Gramsci (1991), Ismar de Oliveira Soares (2011). O educador Paulo Freire guia toda a pesquisa, devido a sua ênfase sobre uma educação libertadora que coloca o educando como parte do processo de ensino-aprendizagem. O jornalista intelectual Antonio Gramsci demonstra a estreita ligação da educação com as questões políticas, sociais e econômicas de um país, no caso, a Itália. Ismar de Oliveira Soares está presente quando o tema abordado é educomunicação como uma alternativa para a educação na atualidade.

O PRINCÍPIO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Como vimos na introdução deste artigo, a história da educação no Brasil começa com a vinda da Companhia de Jesus na época do descobrimento do país. Os padres jesuítas vieram ao Brasil com a missão de educar a população com o foco na alfabetização e na propagação da fé religiosa cristã - educação formal (escolar) e informal (catequese) -, a metodologia utilizada pelos jesuítas era embasada em um documento de código pedagógico, plano de estudo, conhecido como *Ratio Studiorum*. Assim, a educação começa no Brasil como uma instituição vigilante para preservar a ordem que se instalava (PAIVA, 2000).

Os jesuítas foram expulsos de Portugal e de suas colônias em 1759. Com a vinda da família Real para o Brasil-Colônia, as intervenções educativas, em 1808, se restringiram a algumas "aulas régias" e à ação de preceptores nas fazendas, na maioria padres seculares que não foram alcançados pela expulsão pombalina:

As reformas educacionais de Pombal visavam a três objetivos: trazer a educação para o controle do Estado, secularizar a educação e padronizar o currículo. Assim como muitas das medidas de Pombal, os experimentos iniciais ocorreram no Brasil. Em 1758 o irmão de Pombal introduziu o sistema diretivo para substituir a

administração secular dos jesuítas ali onde o controle jesuítico sobre as aldeias indígenas deveriam ocupar os lugares dos missionários e duas escolas públicas deveriam ser estabelecidas em cada aldeia indígena, uma para meninos e outra para meninas. Aos meninos se ensinaria a ler, escrever, e contar, assim como a doutrina cristã, enquanto as meninas, em vez de contar, aprenderiam a cuidar da casa, costurar e executar outras tarefas (MAXWELL, 1996, p. 104).

Com a chegada da família real portuguesa, surgem, então instituições culturais e científicas, de ensino técnico e primeiros cursos superiores, por exemplo, as escolas de Cirurgia e Anatomia em Salvador, a de Anatomia e Cirurgia no Rio de Janeiro, a Academia da Guarda Marinha também no Rio, a Academia Real Militar, o curso de Agricultura e a Real Academia de Pintura e Escultura.

Mas só após a independência do Brasil é que a formação de professores se tornou assunto de interesse do Estado, com a promulgação da lei das Escolas de Primeiras Letras, em outubro de 1827. Em 1834 teve início a fundação e/ou instalação de Escolas Normais, sendo a primeira em Niterói.

Dermeval Saviani (2009) apresenta os seis períodos da história de formação de professores no Brasil. Esses períodos foram estabelecidos em torno de uma questão até hoje difícil de se resolver, os dois modelos de formação docente: modelo dos conteúdos culturais-cognitivos, em que a formação se esgota na cultura geral e no domínio específico dos conteúdos da área de conhecimento correspondente à disciplina que irá lecionar; e modelo pedagógico-didático que considera a formação de professores propriamente dita só com o efetivo preparo pedagógico-didático (SAVIANI, 2009). O primeiro período foi entre 1827 a 1890, cada província tinha a responsabilidade de formar seu grupo de professores conforme estabelecido pelo Ato Adicional de 1834. O Brasil se espelha na Europa com o modelo Escola Normal, sendo que o Rio de Janeiro institui a primeira Escola Normal do país, em Niterói.

Em 1892 ocorre uma expansão das Escolas Normais no país, devido a reforma da instrução pública em São Paulo. Reforma dos

conteúdos curriculares anteriores e a ênfase nos exercícios práticos de ensino, mas ainda manteve uma ênfase maior no domínio do conhecimento em detrimento da didática-pedagógica:

O princípio pedagógico que orienta o pensamento de Caetano de Campos é o da educação pública, gratuita, universal, obrigatório e laica. Livre-pensador, convencido das idéias liberais da sua época, reflete as inúmeras influências que as várias correntes do pensamento europeu do Século XIX difundiram no Brasil. É possível perceber, entretanto, o predomínio de um intelectualismo de base biológica que lhe dá visão naturalista ingênua do mundo e do homem. Seu pensamento é fruto da vulgarização das obras dos naturalistas, historiadores e filósofos que no fim do Século XIX europeu, utilizaram os conhecimentos científicos para combater a metafísica escolástica. Mas, esse cientificismo, em Caetano de Campos, é usado de instituições de ensino popular, do qual a educação norte-americana é o modelo ideal que inspira (REIS FILHO, 1995, p. 59).

A exigência naquele momento era a instrução pública bem dirigida, o Estado tinha que promover o desenvolvimento da educação popular:

Destinada à prática do ensino, para os alunos do 3º ano da Escola Normal, a Escola-Modelo é estruturada pelo Decreto de 12 de março, em três graus de ensino: 1º ano para crianças de sete a dez anos de idade; 2º grau para as idades de dez a catorze; e o 3º grau para adolescentes de catorze a dezessete anos (REIS FILHO, 1995, p. 53).

O princípio pedagógico era uma educação pública, gratuita, universal, obrigatória e laica. No entanto, outras concepções de educação começam a surgir e, depois da primeira década republicana uma nova fase na educação se inicia, deixando para trás as Escolas Normais.

Entre 1932 e 1939 os pioneiros da educação nova, liderados por Anísio Teixeira tentaram implementar um novo tipo de escola

baseado nas ideias de John Dewey, com o intuito de ser ao mesmo tempo escola de cultura geral e de cultura profissional. Vinte e seis educadores assinam em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, com o título *A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo*.

No entanto, se depois de 43 anos de regime republicano, se der um balanço ao estado atual da educação pública, no Brasil, se verificará que, dissociadas sempre as reformas econômicas e educacionais, que era indispensável entrelaçar e encadear, dirigindo-as no mesmo sentido, todos os nossos esforços, sem unidade de plano e sem espírito de continuidade, não lograram ainda criar um sistema de organização escolar, à altura das necessidades modernas e das necessidades do país. Tudo fragmentário e desarticulado (REVISTA HISTEDBR, 2006, p. 188).

O documento defende uma educação pública que não seja dissociada das questões políticas e econômicas do país, justamente o oposto do que se tinha até então na educação brasileira no regime republicano. Os educadores explicitam o grande problema que viam na educação:

É na falta, em quase todos os planos e iniciativas, da determinação dos fins de educação (aspecto filosófico e social) e da aplicação (aspecto técnico) dos métodos científicos aos problemas de educação. Ou, em poucas palavras, na falta de espírito filosófico e científico, na resolução dos problemas da administração escolar (REVISTA HISTEDBR, 2006, p. 188).

No entanto, a prática não ocorreu como o esperado e voltaram as Escolas Normais e implementaram os cursos de pedagogia e de licenciatura, que eram conhecidos como "esquema 3 + 1" (três anos para os estudos específicos e um ano para a formação didática). Os Institutos de Educação do Distrito Federal e de São Paulo foram elevados ao nível universitário.

Entre 1971 e 1996 ocorreram mudanças na educação, devido ao golpe militar de 1964. Desapareceram as Escolas Normais e os

ensinos primário e médio passaram para primeiro e segundo grau para o exercício do magistério. A habilitação do magistério tinha duas modalidades: uma com duração de três anos para lecionar até a 4^o série e a outra com duração de quatro anos para lecionar até a 6^o série do 1^o grau.

A formação de professores para o antigo ensino primário foi, pois, reduzida a uma habilitação dispersa em meio a tantas outras, configurando um quadro de precariedade bastante preocupante (SAVIANI, 2009, p. 147).

Com o fim do regime militar, advém o último período das transformações na formação dos professores, entre 1996 e 2006. Surgem os Institutos Superiores de Educação e das Escolas Normais Superiores como alternativas para os cursos de pedagogia e licenciatura, mas com uma política educacional de nivelamento baixo, de segunda categoria (SAVIANI, 2009). Todas essas mudanças no ensino brasileiro estão diretamente relacionadas com os interesses políticos do país.

A RELAÇÃO ENTRE POLÍTICA E EDUCAÇÃO

Quando pesquisamos sobre a educação de um país não tem como não pensar no contexto político, social e econômico do local. Afinal, como vimos na seção anterior toda a história da educação está atrelada as políticas do país e mudanças sociais e econômicas que ocorrem na sociedade ao longo dos anos. Por exemplo, na época dos jesuítas os índios não tinham acesso à educação formal, somente aprendiam à educação informal via catequese visando sua conversão à fé católica.

A princípio a Companhia de Jesus, com o advento da Reforma e da Contra Reforma religiosa na Europa, buscavam mais adeptos para a igreja católica e formar uma burguesia dirigente e catequizar os colonizados. Nesse sentido, o ensino elementar - eram os instrumentos utilizados para a difusão da fé católica entre os senhores de engenho, colonos, negros escravos e índios (SANTOS et al, 2013, p. 20858).

Já na época colonial, quando o Estado assumiu a função de Estado educador com a reforma pombalina responsável pela educação do Brasil, Pombal quis uma nobreza e uma burguesia mais intelectualizadas, para incentivar o desenvolvimento cultural, artístico e científico. Logo, as classes desfavorecidas permaneciam em uma educação básica que não lhes permitia continuar os estudos de maneira mais aprofundada.

Ainda podemos pensar a educação no atual cenário do Brasil, mesmo com os aparentes avanços ainda prevalece uma classe social e mantém a outra no mesmo nível com quase nulas chances de ascensão. A fundação Lemann divulgou em 2017 dados sobre a educação brasileira, apresentando que dos 48,8 milhões de alunos na Educação Básica, 39,8 milhões estão na rede pública de ensino. "O Brasil tem 186 mil escolas e cerca de 2,2 milhões de docentes espalhados pelo país" (LEMANN, 2017) e o que acontece é que muitas escolas não têm infraestrutura adequada o que contribui para o desestímulo dos estudantes e dos professores. Outra questão destacada pela fundação foi a formação dos professores:

Uma parte significativa leciona disciplinas sem ter a formação adequada ao currículo exigido pela aula. Nos anos finais do Ensino fundamental, 56% dos professores de Matemática são formados na área. Entre os professores de Artes, o número cai para 32% (LEMANN, 2017).

A pesquisa da Viacom International Media Networks intitulada *My Teen Life: Uma história Global* (2019) demonstra como as transformações que as tecnologias causaram no mundo impactam diretamente na educação. Segundo a pesquisa, no Brasil 97% dos adolescentes se sente curioso em relação ao mundo e 86% usa as tecnologias para se manter atualizado. A partir disso, a pesquisa destaca que "apenas 7% dos jovens confiam na polícia, 9% nos líderes religiosos e 0% no governo" (VIACOM, 2019).

Portanto existe uma alta descrença em relação ao governo, que não está apenas nos jovens e, sim na população brasileira no geral. Esta descrença surge devido aos diversos atos corruptos, como é apresentado nos dados Índice de Percepção da Corrupção 2019:

O Brasil caiu mais uma posição no ranking de 180 países e territórios, para o 106º lugar. Este 5º recuo seguido na comparação anual fez com que o país também atingisse sua pior colocação na série histórica do índice. Em 2018, o país já havia perdido dois pontos e caído nove posições (TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL, 2019).

O tema da corrupção entra na agenda política a partir de 1990 e está associada as necessidades das reformas políticas e institucionais (CHAIA e TEIXEIRA, 2011). Os autores afirmam no estudo que “o que vem se verificando é que, paralelamente ao pleno exercício da liberdade e do direito de fiscalizar e de escolher governantes, a corrupção também está presente nas democracias modernas, colocando em risco esse regime político” (CHAIA; TEIXEIRA, 2011). Corrupção que se apresenta desde o descobrimento das terras brasileiras com o pedido de emprego de Pero Vaz de Caminha para o cunhado na carta em que conta ao Rei de Portugal, Dom Manoel, como são as terras e o povo.

O histórico de corrupção presente ao longo de toda a história do Brasil afeta diretamente a educação, como demonstra a pesquisa do Insper (Instituto de Ensino e Pesquisa) em *Retratos da educação no Brasil* (PIERI, 2018). Relata-se que apesar da taxa de analfabetismo estar lentamente caindo no país, ainda é elevada a taxa. Entre pessoas de 15 a 64 anos, o analfabetismo é de 5,5% e se concentra entre os mais velhos. A taxa de analfabetismo entre pessoas com mais de 65 anos é de 25,7% (PIERI, 2018).

Acontece que o analfabetismo reportado nas pesquisas públicas é autodeclarado, o que significa que pessoas que sabem apenas escrever o nome e reconhecer os números podem se considerar alfabetizadas (PIERI, 2018, p. 15).

Com esses exemplos da história da educação no Brasil, já é possível entender a estreita relação entre política e educação. Dessa forma, a escola é uma das maneiras que o Estado tem de controlar a sociedade ou não. Antonio Gramsci percebia esta estreita relação e a necessidade de a escola estar conectada com a sociedade e, não vista como algo à margem de tudo que acontece no mundo.

A tendência democrática, intrinsecamente, não pode consistir apenas em que um operário manual se torne qualificado, mas em que cada “cidadão” possa se tornar “governante” e que a sociedade o coloque, ainda que “abstratamente”, nas condições gerais de poder fazê-lo: a democracia política tende a fazer coincidir governantes e governados (no sentido de governo com o consentimento dos governados), assegurando a cada governado a aprendizagem gratuita das capacidades e da preparação técnica geral necessárias ao fim de governar (GRAMSCI, 1991, p. 137).

Então, como podemos pensar uma educação para a sociedade, uma educação que coloque o educando no processo de ensino aprendizagem e, assim, possa construir sua visão de mundo a partir de um olhar reflexivo crítico para os problemas que envolvem a sociedade? Faz parte do ser humano a atividade de pensar, não sendo possível lhe excluir a intervenção intelectual:

Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente e conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar (GRAMSCI, 1991, p. 7).

Antonio Gramsci sempre esteve diretamente ligado à política, principalmente quando começou sua carreira no jornalismo. Seu primeiro texto publicado foi no *L'Unione Sarda* e também ficou à frente da direção do jornal *L'Ordine Nuovo*.

Gramsci insistiu que não se deveria reduzir o processo revolucionário às dimensões econômicas e políticas, nem às tentações insurrecionais que não correspondiam, em seu modo de ver, a análise da realidade objetiva. Destacou a necessidade de expandir a dimensão cultural da luta de classes através dos meios de difusão e de ações pedagógicas capazes de denunciar as estruturas

excludentes da sociedade capitalista, aprofundar a consciência dos trabalhadores e exigir a transformação radical das relações sociais de produção (MORAES, 2014⁴).

Portanto, para o intelectual italiano a verdadeira transformação da sociedade não seria possível apenas no âmbito econômico e político, acreditava na necessidade de ações pedagógicas que realmente levassem a essa transformação. Pensamento que se aproxima do objetivo da pedagogia de Paulo Freire que é abordado na próxima seção diferenciando o que Freire intitulou de educação bancária e educação libertadora.

EDUCAÇÃO LIBERTADORA X EDUCAÇÃO BANCÁRIA

Paulo Reglus Neves Freire foi um educador e filósofo brasileiro, considerado um dos pensadores mais notáveis na história da pedagogia mundial. Freire fundamenta uma pedagogia libertadora da comunicação, para um conhecimento produzido a partir do diálogo e da reflexão. Isso porque diz Freire: “necessitávamos de uma educação para a decisão, para a responsabilidade social e política” (FREIRE, 1980, p. 88). A educação como prática da liberdade levanta questionamentos e incita pensamentos críticos a partir do diálogo, não sendo uma transferência de saber (FREIRE, 1979).

Portanto, Paulo Freire sempre foi um grande crítico da educação que ele intitula de bancária. Um ensino que tinha o professor como o centro com todo o conhecimento para si e o aluno como uma folha em branco que será preenchida pelo professor. Sendo assim, uma transmissão de conhecimento de professor para aluno passivo.

Em verdade, o que caracterizou, desde o início, a nossa formação, foi, sem dúvida, o poder exacerbado. Foi a robustez do poder em torno de que foi se criando um quase gôsto masoquista de ficar sob êle a que correspondia outro, o de ser o todo-poderoso. Poder exacerbado a que foi se associando sempre submissão. Submissão de que decorria, em consequência, *ajustamento, acomodação e não integração* (FREIRE, 1980, p. 74).

4 Sem paginação.

O oposto do que propõe o educador com a educação libertadora que tem como centro o diálogo entre educador e educando, ambos constroem juntos o conhecimento. Pois o aluno não seria apenas uma folha em branco, Freire observa que todo indivíduo tem suas experiências e histórias de vida que contribuem para uma educação muito mais rica e completa, não apenas para o educando como também para o educador que não é mais considerado o detentor de todo o conhecimento. Freire diz: “Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão” (FREIRE, 2019, p. 108).

Para manter a contradição, a concepção “bancária” nega a dialogicidade como essência da educação e se faz antidialógica; para realizar a superação, a educação problematizadora - situação gnosiológica - afirma a dialogicidade e se faz dialógica (FREIRE, 2019, p. 95).

Sendo, portanto, a educação libertadora focada na construção de um diálogo, e ao mesmo tempo, mediada por ele, que provoca a reflexão crítica de educados e educadores sobre os problemas da sociedade. Gramsci diz: “Retorna-se à participação realmente ativa do aluno na escola, que só pode existir se a escola for ligada à vida”(GRAMSCI, 1991, p. 133).

Assim é possível reconhecer uma aproximação nos pensamentos de Paulo Freire e Antonio Gramsci com relação a educação. Para ambos os autores a escola deve ser um espaço humanizado que possibilite uma educação libertadora desenvolvendo o caráter e a visão crítica do mundo, e não apenas uma preparação para o trabalho manual.

A partir dessas concepções de educação que surge mais recentemente a educomunicação. Mais especificadamente foi o livro *Extensão ou comunicação* de Paulo Freire (1979) que deu o primeiro impulso à educomunicação com Jesús Martín-Barbero, pesquisador da comunicação e cultura e um dos expoentes nos Estudos Culturais contemporâneos.

EDUCOMUNICAÇÃO

O pesquisador Jesús Martín-Barbero afirma que a comunicação e cultura são dois campos indissociáveis. E é na educação que esse encontro se faz ainda mais nítido e necessário.

Se comunicar é compartilhar a significação, participar é compartilhar a ação. A educação seria, então, o lugar decisivo de seu entrecruzamento. Mas para isso deverá se converter no espaço de conversação dos saberes e narrativas que configuram as oralidades, as literalidades e as visualidades. Pois das mestiçagens que entre elas se tramam é de onde se vislumbra e se expressa, ganha corpo o futuro (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 78).

O termo **educomunicação** surgiu em 1999 “para designar um novo campo de intervenção social” (SOARES, 2011), a partir de grupos de professores que estudavam a pedagogia freiriana e tentavam novas práticas em sala de aula, principalmente nas aulas de Geografia. Por ser um conceito relativamente novo, ainda há muita confusão sobre o que realmente seria essa relação entre a educação e a comunicação. Soares (2011) define como um campo interdisciplinar e interdiscursivo que abrange seis definições, como apresentado no quadro 1.

Quadro 1 - Educomunicação

Educação para a comunicação	O estudo do lugar dos meios de comunicação na sociedade e seu impacto
Expressão comunicativa através das artes	Está atenta ao potencial criativo e emancipador das distintas formas de manifestações artísticas na comunidade educativa, como meio de comunicação acessível a todos
Mediação tecnológica na educação	Preocupa-se com os procedimentos e as reflexões sobre a presença das tecnologias da informação e seus múltiplos usos pela comunidade educativa, garantindo, além da acessibilidade, as formas democráticas de sua gestão
Pedagogia da comunicação	Referenda-se na educação formal, pensando-a como um todo. Mantém-se atenta ao cotidiano da didática, prevendo a multiplicação da ação dos agentes educativos, optando, quando conveniente, pela ação através de projetos
Gestão da comunicação	Volta-se para o planejamento e a execução de planos, programas e projetos referentes às demais áreas de intervenção, apontamento, inclusive, indicadores para a avaliação de ecossistemas comunicacionais
Reflexão epistemológica	Dedica-se à sistematização de experiências e ao estudo do próprio fenômeno constituído pela interrelação entre educação e comunicação, mantendo atenção especial à coerência entre teoria e prática

Fonte: adaptado de SOARES (2011).

Portanto, o termo se mostrou mais complexo do que aparentava. Envolve uma participação ativa de educadores e educandos a partir do diálogo, como é colocado por Soares (2011):

Uma comunicação essencialmente dialógica e participativa, no espaço do ecossistema comunicativo escolar, mediada pela gestão compartilhada (professor/aluno/comunidade escolar) dos recursos e processos da informação, contribui essencialmente para a prática educativa, cuja especificidade é o aumento imediato do grau de motivação por parte dos estudantes, e para o adequado relacionamento no convívio professor/aluno, maximizando as possibilidades de aprendizagem, de tomada de consciência e de mobilização para a ação. A essa precondição e a esse esforço multidisciplinar denominamos educomunicação (SOARES, 2011, p. 17).

Tem como objetivo “aprender a querer aprender”, ou seja, no cenário atual no qual o indivíduo recebe diferentes informações e visões de mundo por diversos meios no ambiente virtual, a educação dentro da sala de aula precisa atrair sua atenção de alguma forma.

A escola deve vir como uma prática educativa mais séria e responsável que prepara o indivíduo para a reflexão crítica dos veículos de comunicação de massa que utilizam a propaganda para promover uma sociedade do consumo de bens e não de valores e saberes (NUNES, 2010, p. 71).

Uma educação em que o educando tem um papel participativo, dialogando com educadores e produzindo conhecimento a partir de reflexões críticas sobre problemas da realidade em que está inserido. E essa forma de ensino é possível a partir da comunicação.

É através da comunicação que as gerações mais velhas transmitem às gerações mais novas o seu acervo de experiências, os símbolos, as normas, os mitos acumulados. É através da comunicação que os indivíduos de uma mesma geração transmitem aos demais as suas descobertas, as inovações que vão adaptando uma determinada cultura às condições e às

exigências da sociedade em sua marcha evolutiva. Em outras palavras, a Comunicação é o instrumento que assegura efetivamente a sobrevivência e a continuidade de uma cultura no tempo, promovendo inclusive a transformação dos seus símbolos em face aos novos fenômenos criados pelo desenvolvimento (MELO, 1998, p. 187).

Essa é justamente a ideia defendida por Paulo Freire quando pensa em uma Pedagogia da Comunicação. Isto é, uma pedagogia que desenvolva as funções intelectuais do homem através do diálogo que proporciona um “novo conteúdo programático da educação”(MELO, 1998). No livro *Extensão ou Comunicação?*, Paulo Freire aponta a estreita relação entre esses dois campos: a educação e a comunicação. Ele diz: “A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados”(FREIRE, 1979, p. 69).

Portanto, é uma pedagogia diretamente ligada a cultura. “Sem comunicação entre seres humanos, não pode haver cultura” (MELO, 1998, p. 261). Uma educação de agir e pensar sobre o mundo que causa a transformação do mesmo.

O homem é homem e o mundo é histórico-cultural na medida em que, ambos inacabados, se encontram numa relação permanente, na qual o homem, transformando o mundo, sofre os efeitos de sua própria transformação (FREIRE, 1979, p. 76).

A grande crítica à escola, neste sentido, é a estigmatização de que Jesús Martín-Barbero fala:

Estamos diante de um descentramento culturalmente desconcertante, e a maioria do mundo escolar, em lugar de procurar entender, contenta-se com estigmatizar. Estigmatização que parte por desconhecer a complexidade social e epistêmica dos dispositivos e processos em que se refazem as linguagens, as escrituras e as narrativas. Quando é isso o que verdadeiramente está na base dos adolescentes, eles não entendem

o que faz a escola e não leem da maneira como os professores continuam entendendo o que seja ler (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 82).

Sendo a proposta da Educomunicação justamente o oposto dessa estigmatização presente nas escolas, e para isso é imprescindível que escola, professor, estudante e família estabeleçam um canal de comunicação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo foi produzido com o intuito de compartilhar uma preocupação pessoal com os caminhos da educação brasileira. Preocupação que surge como uma inquietação dos autores que vivem atualmente um contexto político, social e econômico extremamente complicado. São momentos como esse em que o refletir e buscar por novas soluções se fazem ainda mais necessários.

Claramente desde o início da história do Brasil há muitos erros e acertos no campo da educação. No entanto, esta sempre esteve mais atrelada aos interesses de *status quo*, do que a efetiva formação de cidadãos para uma sociedade democrática. Consequentemente, o que se evidencia ao longo de todos esses anos é uma educação precária desde a formação de professores, infraestrutura mais precária ainda, falta de investimento e incentivo para o ensino e pesquisa e, ainda elitista, sendo que a “alta” educação é para poucos.

Portanto, ao fim deste estudo o pressuposto de que precisamos urgentemente repensar as práticas educativas nas escolas se torna ainda mais verdadeiro. Concluímos que precisamos de uma educação para a formação de cidadãos conscientes do mundo e das transformações que podem promover na organização das sociedades, sendo a Educomunicação um caminho possível para essa educação para a cidadania.

Os autores trabalhados ao longo deste artigo demonstram a relevância da concepção de educação proposta pela Educomunicação. Martín-Barbero e Soares são educadores e pesquisadores que apontam a relação direta que existe entre educação, comunicação e cultura. E todo esse estudo que eles fazem tem como base as contribuições dos estudos deixados por Paulo Freire e Antonio Gramsci. Gramsci com seus estudos relacionando a educação com

as questões políticas e a necessidade de uma escola ativa e reflexiva com os problemas da sociedade. E Paulo Freire com a pedagogia libertadora e problematizadora, que identifica como central o diálogo entre educador e educando no processo de ensino-aprendizagem para uma educação amorosa, humanizadora e significativa.

REFERÊNCIAS

- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Editora Porto, 1994.
- CHAIA, Vera; TEIXEIRA, Marco Antonio. Democracia e escândalos políticos. **São Paulo em perspectiva**, v. 15, n. 4, p. 62-75, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/spp/v15n4/10373.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2020.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 11° ed. Rio de Janeiro: editora Paz e Terra, 1980.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?**. 4° ed. São Paulo: editora Paz e Terra, 1979.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 69° ed. São Paulo: editora Paz e Terra, 2019.
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 8° ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.
- LEMANN, Fundação. **Como está nossa Educação Básica?**, 2017. Disponível em: <https://fundacaoemann.org.br/noticias/como-esta-nossa-educacao-basica?gc_lid=Cj0KCQjw0Mb3BRCaARIsAPSNpV_e0TUResQvco3o_w2WfSWqt8HsrIw4Q_PxxDzDWwUQsNAjEYzef8aAsdpEALw_wcB>. Acesso em: 10 junho. 2020.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **A comunicação na educação**. São Paulo: Contexto, 2014.
- MELO, José Marques. **Teoria da comunicação: paradigmas latino-americanos**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- MORAES, Dênis. **Antonio Gramsci e o jornalismo**. Portal Carta Maior, 2014. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/-Antonio-Gramsci-e-o-jornalismo%20/12/31665>>. Acesso em: 20 abr. 2020.
- NUNES, Clarice. **Anísio Teixeira**. Recife: editora Massangana, 2010.
- PAIVA, José Maria de. Educação Jesuítica no Brasil Colonial. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 43-59.
- PIERI, Renan. **Retratos da educação no Brasil**. INSPER Instituto de Ensino e Pesquisa. São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2018/10/Retratos-Educacao-Brasil.pdf>>. Acesso em: 07 de nov. 2019.
- REVISTA HISTEDBR. Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p.188–204, ago. 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020.
- SANTOS, Anderson Oramisio et al. A história da educação de negros no Brasil e o pensamento educacional de professores negros no século XIX. **XI Congresso**

Nacional de Educação, Paraná, 2013. Disponível em:< https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/6853_4712.pdf>. Acesso em: 07 de nov, 2019.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40. Universidade Estadual de Campinas, 2009.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação**: o conceito, o profissional, a aplicação. Contribuições para a reforma do Ensino Médio. 2° ed. São Paulo: editora Paulinas, 2011.

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL. **Índice de percepção da corrupção 2019**. 1995. Disponível em:<https://transparenciainternacional.org.br/ipc/?utm_source=Ads&utm_medium=Google&utm_campaign=%C3%8Dndice%20de%20Percep%C3%A7%C3%A3o%20da%20Corrup%C3%A7%C3%A3o&utm_term=%C3%8Dndice%20de%20Pa%C3%ADses&gclid=Cj0KCQjwmpb0BRCBARIsAG7y4zYi2FzM8qpckwIFfGnw5YoYjpMtm-CgPIYqB4KcWuFz4hxx63-6GrQaAlk8EALw_wcb>. Acesso em: 15 abr. 2020.

VIACOM. **My teen life**: uma história global, 2019. Disponível em:< <https://insights.viacom.com/pt-br/post/my-teen-life-minha-vida-adolescente-uma-historia-global/>>. Acesso em: 10 junho. 2020.

Submetido em 25 de setembro de 2020

Aceito em 10 de novembro de 2020

Publicado em 01 de dezembro de 2020

